

CORREIO NACIONAL

Governo Federal



Decreto inclui licitações a partir de R\$ 239 mi

Plano de integridade para empresas ligadas à união

As empresas que celebrarem contratos com o governo federal, para a realização de obras e serviços, deverão apresentar planos de integridade para prevenir e combater casos de corrupção, bem como assegurar respeito aos direitos humanos, à legislação trabalhista e às questões ambientais. As regras constam em decreto assinado nesta segunda-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na data em que se celebra o Dia Internacional contra a Cor-

rupção, instituído pela ONU em 2003.

O decreto regulamenta um dispositivo da nova Lei de Licitações (Lei 14.333), em vigor desde 2021, que exige a adoção de programas de integridade nas chamadas licitações de grande vulto, atualmente definida em contratos a partir de R\$ 239 milhões. O prazo para apresentação desse plano de compliance é de até seis meses após a contratação. A fiscalização do programa será de responsabilidade da CGU.

Decisão final sobre uberização

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou nesta segunda-feira (9) uma audiência pública para debater a controvérsia sobre o vínculo de emprego entre motoristas de aplicativos e as plataformas digitais. O debate foi convocado pelo ministro Edson Fachin, relator do processo que trata da

questão no Supremo.

Com a audiência, o ministro pretende colher informações das plataformas e entidades que representam os trabalhadores para balizar seu voto sobre a chamada "uberização das relações de trabalho". Devido ao recesso, o caso deve ser julgado pela Corte somente em 2025.

Entrega de remédio para AME

Organizações que atuam em defesa dos direitos de pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (AME) cobram do Ministério da Saúde sobre a publicação da atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de AME.

O objetivo é que crianças com a doença pos-

sam ter acesso a medicamento que custa mais de R\$ 5 milhões e ajuda a estabilizar a progressão da AME logo nos primeiros meses de vida.

O medicamento é o Zolgensma® (onasemnogeno abeparvoveque), que foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro de 2022.

IBGE premiará vencedores

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) premiará os três pôsteres mais bem avaliados em cada uma das quatro categorias (A, B, C e D) da Etapa Brasil da Competição Internacional de Pôsteres Estatísticos. A premiação, que varia de R\$2.000,00 a R\$3.500,00 para professores e de

R\$1.000,00 a R\$2.500,00 para estudantes, será realizada em evento na Casa Brasil IBGE, no Rio de Janeiro (RJ).

O tema do concurso é livre e o pôster deve ser simples e ter uma progressão lógica (conter um objetivo, uma abordagem, os principais resultados e conclusões).

Atendimento integrado

Na segunda, a coordenação-geral da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 reuniu representantes do Acre, Alagoas, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Sergipe, Mato Grosso, Tocantins e Piauí para a pactuação de um fluxo coordenado de en-

vio, recebimento e monitoramento das denúncias feitas à Central.

A ação visa integrar os atendimentos do Ligue 180 às forças de segurança pública, às secretarias estaduais e Ministério Público, atendendo casos previstos na Lei Maria da Penha.

Protagonismo indígena

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) defendeu nesta segunda em Brasília o protagonismo indígena na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. Em evento alusivo ao Dia In-

ternacional dos Direitos Humanos, a ser comemorado nesta terça, a Funai reforçou que as vozes indígenas devem ser ouvidas no Brasil e ampliadas à comunidade internacional, considerando as significativas contribuições para o enfrentamento às mudanças climáticas.

Vacinas contra covid serão enviadas para todo o Brasil

Saúde vai distribuir 1,5 milhão de doses da vacina Serum

Agência Brasil

Novo lote de vacinas contra covid-19 será entregue a todos os estados e ao Distrito Federal, até esta terça-feira (10). São cerca de 1,5 milhão de doses da vacina Serum, que tem eficácia comprovada de 90% contra casos sintomáticos em adultos.

Elas fazem parte de um lote de quase 70 milhões doses adquiridas pelo Ministério da Saúde em um pregão eletrônico para manter os estoques do Sistema Único de Saúde abastecidos por dois anos. O Programa Nacional de Imunizações espera distribuir pelo país novas remessas nas próximas semanas, totalizando 5 milhões de doses entregas até o fim do mês.

Além de ter apresentado bons resultados nos testes de eficácia e segurança, a vacina produzida pela Zálka Farmacêutica tem maior prazo de validade, e pode ser transportada e conservada de forma mais simples. O imunizante foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para aplicação em pessoas acima de 12 anos. Por isso, as crianças continuarão recebendo o imunizante produzido pela Pfizer.

O Ministério da Saúde



Elas fazem parte de um lote de quase 70 milhões doses

também está aproveitando as novas entregas para enviar um documento aos estados com orientações sobre a estratégia atual de vacinação contra a covid-19. Desde o começo do ano, a vacina faz parte do calendário básico das crianças. Além disso, ainda é recomendada a vacinação de gestantes, e reforços periódicos para idosos e pessoas que fazem parte de grupos vulneráveis.

As crianças devem receber a primeira dose a partir dos seis meses de idade, e a segunda deve ser tomada quatro semanas depois. Esse esquema básico vale para todas com menos de 5 anos e depois disso é preciso tomar uma dose de reforço. Já as gestantes devem receber uma dose durante a gestação, e caso isso não aconteça, precisam se vacinar durante o puerpério.

Os idosos com mais de 60 anos devem reforçar a vacinação a cada seis meses, assim como todas as pessoas com mais de 5 anos que tenham alguma imunodeficiência.

Os demais grupos prioritários, como indígenas e quilombolas, pessoas com deficiências ou comorbidades, ou ainda aquelas que estão privadas de liberdade, devem receber uma dose anual.

Novo sistema para colher dados

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Ministério das Mulheres lançou, nesta segunda-feira (9), o Sistema Una de Dados das Casas da Mulher Brasileira (CMB), desenvolvido em parceria com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). O sistema nacional visa agilizar o atendimento a mulheres em situação de violência, evitar a revitimização e colher dados estratégicos para formulação de políticas públicas voltadas às mulheres.

A ferramenta também permitirá a análise das demandas regionais, para tornar as ações mais eficientes e direcionadas e melhorar a gestão dos equipamentos públicos voltados ao atendimento desse público.

Durante o lançamento da ferramenta, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, disse acreditar que o Sistema Nacional de Dados das Casas da Mulher Brasileira abrirá as portas para um grande banco de dados e informações relativos às violências contra as mulheres e



Ferramenta para o enfrentamento da violência de gênero

contribuirá para o planejamento de ações governamentais.

"A partir dos dados, vamos decidir onde investir, onde colocar o recurso, o quê e como pedir; orientar todas as políticas e todos os orçamentos do governo federal para aquilo que de fato é necessário. Isso é fundamental e estratégico para consolidarmos, de fato, a política de enfrentamento à violência contra as mulheres", afirmou a ministra.

"O que não tem dado, não

existe. O que não tem informação não existe e não é pressuposto para que poder reafirmar e firmar uma política pública", frisou Cida Gonçalves.

Segundo a ministra, de janeiro a outubro deste ano, as dez casas da Mulher Brasileira em funcionamento realizaram 426,5 mil atendimentos a mulheres em situação de violência, e o novo sistema deve expor uma realidade com números ainda maiores. "Na hora em que tivermos o sistema em fun-

cionamento, os dados devem aumentar, principalmente, porque entregaremos, até 2026, 40 Casas Da Mulher Brasileira no país. Hoje, temos 17 em construção. Os números serão mais estarrecedores."

A nova ferramenta vai coletar e organizar, de maneira padronizada, os dados referentes aos atendimentos realizados nas casas da Mulher Brasileira, com objetivo de facilitar a comunicação estruturada entre as unidades.

De acordo com o Ministério das Mulheres, desde 2013, a coleta de dados era feita manualmente e, posteriormente, por outra plataforma, que foi avaliada como inadequada tecnicamente. A partir de novembro de 2023, reuniões técnicas entre o Ministério das Mulheres e a Dataprev buscaram uma solução adaptada às diretrizes das casas Da Mulher Brasileira, baseada em cada ficha de atendimento realizado, o que resultou no sistema Una.

STF

STF autoriza retorno de presidente do TJ-MS

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o retorno ao cargo do presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS), desembargador Sérgio Fernandes Martins. A decisão foi tomada no Inquérito (Inq) 4982 com parecer favorável da Procuradoria Geral da República (PGR). Martins poderá ter contatos com os demais servidores e não usará mais tornozeleira eletrônica. A hipótese em investigação cogita da atuação comprometida de membros do TJ-MS que, mediante pagamento intermediado por agentes privados, teriam proferido decisões favoráveis a partes específicas.

STJ

Ministro dá HC para grávida ter parto sem tornozeleira

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu habeas corpus a uma mulher grávida para que ela não seja obrigada a usar tornozeleira eletrônica durante o parto. De acordo com o processo, a mulher, investigada pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, estava submetida à monitoração eletrônica desde agosto deste ano.

Na decisão, Og Fernandes comentou que, embora as cautelares determinadas pela Justiça sejam adequadas às circunstâncias dos crimes supostamente cometidos, a imposição do monitoramento eletrônico no momento do parto é desproporcional.

TCU

Auditoria analisa nova legislação do Fundeb

O Tribunal de Contas da União analisou, sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, Relatório de Levantamento acerca de procedimentos do Ministério da Educação, e do então Ministério da Economia, voltados para implantação das rotinas de definição do valor da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A Corte de Contas também avaliou a distribuição desses recursos aos entes subnacionais, e apurou possíveis riscos jurídico-fiscais com a constitucionalização do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

TSE

TSE celebra quem faz a Justiça Eleitoral

"Assim como o Poder Judiciário imparcial e independente é essencial para garantir a liberdade e os direitos dos indivíduos, a Justiça Eleitoral é imprescindível para promover a cidadania democrática", comemora o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que no dia 8 de dezembro, o celebrou o Dia da Justiça exaltando as pessoas que atuam para promover eleições seguras e assegurar a soberania popular: os trabalhadores da Justiça Eleitoral.

O simbolismo da data também abrange a realização do maior certame da história da Justiça Eleitoral, que selecionará novos servidores em todo o país.